

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41093	54048/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 12/02/2025
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/40858	28435/2025	Reclamação ou exposição
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Exposição - Os blocos contíguos da Praça de S. José, nº32 estão a despejar as águas pluviais para o jardim.

Local da obra: Praça S. José Nº:30 e 32 Braga (São Vítor) Braga, Braga Portugal

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Em conformidade com a informação que antecede, na parte posterior dos edifícios com nº 30 e 32, existem tubos de queda de águas pluviais a descarregar para a zona ajardinada, e outros encaminham as águas para o passeio, provocando a acumulação de água na zona da queda dessas águas, podendo também causar danos em espaço público.

Face ao exposto, somos a propor que seja determinada a regularização dos sistemas prediais de drenagem de águas residuais pluviais dos prédios em apreço (30 e 32), nomeadamente no tocante ao encaminhamento das águas residuais pluviais provenientes dos tubos de queda ao longo das fachadas, as quais se encontram a ser descarregadas diretamente na via pública, passeio / zona ajardinada, para o coletor público de drenagem de águas pluviais, existente no local.

Nesse sentido, deverão os condomínios do prédios serem notificados, nos seguintes termos:

- Na sequência de ação inspetiva efetuada pelo DF ao local em apreço resultou a informação do agente de fiscalização, cuja cópia segue sob anexo (inf. de 28/08/2025).

Segundo o D.L. n.º 194/2009, de 20 de agosto, de artigo 69.º, todos os edifícios, existentes, ou a construir, com acesso ao serviço de saneamento de águas residuais devem dispor de sistemas



prediais de drenagem de águas residuais (saneamento e pluviais) devidamente licenciados, de acordo com as normas de conceção e dimensionamento em vigor (D.R. n.23/95 de 23/08) e estarem ligados aos respetivos sistemas públicos, sendo a instalação desses sistemas e a sua conservação, em boas condições de funcionamento e salubridade, da responsabilidade do proprietário.

Face ao exposto, nos termos dos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a realização de obras / trabalhos com vista ao devido encaminhamento das águas residuais pluviais provenientes dos tubos de queda das fachadas do edifício, as quais se encontram a descarregar diretamente na via pública (passeio / jardim), causando danos no espaço público.

A ligação de cada tubo de queda à rede horizontal deverá ser feita através de uma caixa interceptora e respetiva ligação à caixa de ramal de ligação (CRL) existente, em conformidade com as regras e normas constantes no DR n.23/95 de 23/08.

Nesse sentido, dispõem V. Exas do prazo de 15 dias para se pronunciarem, por escrito, acerca de tal intenção.

Findo o prazo, sem que se pronunciem, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo a partir daí o prazo de 90 dias úteis para executarem as referidas obras / trabalhos, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V.Exa e desencadeado o respetivo processo de contraordenação nos termos o capítulo VIII, artigo 72.º do diploma legal atrás mencionado

Mais se informa que deverão V. Exas providenciar todos os títulos com vista a poderem intervir em espaço público.

- Deverá ser dado conhecimento do presente ao denunciante.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

